



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREÁÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.935.388/0001-15

LEI N.º 1614, 28 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária – LOA de 2022 e dá outras providências.

O Povo do Município de Careáçu, por seus representantes na Câmara Municipal aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Fica estabelecido em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município de Careáçu, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na CF, art. 165, §2º, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Lei nº 1.347 de 15 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ações do Governo para o quadriênio 2022-2025, as diretrizes para a elaboração do Orçamento do Município para o exercício de 2022, compreendendo:

- I. As metas e prioridades da administração pública municipal;
- II. As diretrizes gerais sobre a organização, estrutura, elaboração e execução da orçamentária anual do Município e suas alterações;
- III. As disposições sobre a dívida Pública Municipal;
- IV. As disposições relativas a despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- V. As disposições sobre alteração na Legislação Tributária;
- VI. As disposições sobre a avaliação dos passivos contingentes;
- VII. As disposições sobre os limites de endividamento por empréstimos e financiamentos;
- VIII. Outras disposições pertinentes, nos termos do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.
- IX.

CAPÍTULO II

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º - As prioridades e as metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2022, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal, as ações relativas aos programas sociais existentes e as de funcionamento regular das Secretarias do Município, respeitadas as disposições constitucionais e legais e em consonância com o Plano Diretor do Município, terão as diretrizes discriminadas nesta Lei.

§ 1º O Poder Executivo justificará, na mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária para 2022, o atendimento de outras despesas discricionárias em detrimento daquelas constantes do Anexo a que se refere o caput, admitido apenas em razão de impossibilidade de ordem técnica ou legal de execução daquelas programações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREACÚ
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.935.388/0001-15

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a promover ajustes na classificação das ações e na estrutura do Anexo de que trata o caput deste artigo, com o objetivo de compatibilizá-lo com a Lei do Plano Plurianual 2022/2025

§ 3º Fica vedada a adoção, pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

§ 4º As metas e as prioridades da Administração Pública Municipal devem refletir, a todo tempo, os objetivos da política econômica vigente, especialmente aqueles que integram o cenário em que se baseiam as metas fiscais.

Art. 3º - Além de contemplar as prioridades e metas de que trata o art. 2º desta Lei, a elaboração da proposta orçamentária para 2022 contemplará, pela sua relevância no âmbito de cada área de governo, as seguintes diretrizes:

- I. Promoção do desenvolvimento urbano, social e econômico do Município por meio da ampliação e do aprimoramento de ações em saneamento, gestão urbana e ambiental, política habitacional, transporte, cultura, saúde, educação, política social, segurança pública, infra-estrutura e turismo;
- II. Promoção do planejamento integrado e da gestão urbana e ambiental democrática, promovendo a conscientização da sociedade quanto aos objetivos sociais, econômicos, ambientais e culturais e adotando o monitoramento como instrumento de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano e ambiental no Município;
- III. Promoção da reestruturação do espaço urbano, mediante requalificação dos espaços públicos, remoção de barreiras arquitetônicas de locomoção, recuperação de áreas degradadas, desconcentração urbana, fortalecimento de centros e centralidades e adequação do sistema viário e de transporte municipal;
- IV. Tratamento especial da área central, considerando sua complexidade funcional e simbólica, e a sua importância do uso residencial em seu espaço;
- V. Promoção de medidas de proteção ambiental, preservação, recuperação e valorização do patrimônio ambiental e cultural e dos marcos e espaços de referência simbólica e histórica da cidade com destaque para o aproveitamento do seu potencial para recreação e turismo ecológico;
- VI. Manutenção preventiva e recuperação das vias urbanas, garantindo o cumprimento das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT – versando sobre acessibilidade, mediante implementação de política de regulação urbana e ambiental no Município, com especial atenção à manutenção de condições ideais de tráfego e trânsito;
- VII. Promoção e implementação da Política Municipal de Saneamento e Educação Sanitária, com vistas à universalização das ações e dos serviços, à promoção da saúde e à proteção do meio ambiente, de acordo com as metas e diretrizes da Legislação Federal;
- VIII. Continuidade dos programas de limpeza urbana, com mobilização social e educação visando à conscientização dos cidadãos, articulando-os com ações municipais no tocante a transporte, tratamento reciclagem e destinação final dos resíduos sólidos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.935.388/0001-15

- IX. Integração e expansão das políticas de inclusão social destinadas a ampliar o acesso da população aos bens e serviços públicos municipais, por meio de programas sociais;
- X. Promoção da universalização da Educação, com a adequação da Rede Municipal, implantação de programas na área Educacional e o aumento do número de vagas em escola de Educação Infantil, bem como a promoção de programas de integração escola / comunidade com atividades de educação, saúde e lazer;
- XI. Garantia da continuidade das ações de implantação do Sistema Único da Assistência Social - SUS, com a expansão e o aprimoramento das políticas de prevenção, proteção e promoção voltadas para a criança, o adolescente, o idoso, as famílias em situação de risco social, a população de rua e o portador de deficiência;
- XII. Enfrentamento do desemprego a partir da reestruturação da Política Municipal de Geração de Emprego e Renda, com o aprimoramento dos programas de Intermediação ao Mercado de Trabalho, Economia Popular e Solidária e Qualificação Profissional;
- XIII. Promoção de acesso aos bens culturais e à produção artístico-cultural, incluindo as iniciativas artísticas e culturais das escolas municipais, das creches, dos asilos, das comunidades terapêuticas, das casas de recuperação e centros de apoio comunitário, buscando a inclusão da população menos favorecida e dos jovens;
- XIV. Garantia do acesso da população às práticas esportivas e de lazer mediante a criação, ampliação e adequação de espaços e equipamentos de uso coletivo e incentivo ao desenvolvimento e à prática de esportes nas escolas municipais;
- XV. Promoção dos direitos e das garantias fundamentais com a continuidade dos projetos de formação para a cidadania, de promoção de ações afirmativas e de acesso à orientação jurídica e psicossocial;
- XVI. Ampliação das ações voltadas à melhoria das condições de segurança pública, por meio do desenvolvimento de programas como a prevenção de violência juvenil, a ampliação de programas de voltados para a Segurança Pública, o treinamento, aparelhamento e ampliação da guarda municipal;
- XVII. Promoção do acesso aos serviços públicos e à informação, com a modernização e ampliação dos sistemas de atendimento informacional e estatísticos e o aperfeiçoamento da política de comunicação social da Administração Municipal;
- XVIII. Implementação de planos de carreira, da capacitação e requalificação do servidor público municipal e a realização de concurso público para provimento de cargos;
- XIX. Ampliação dos programas com participação popular, com a efetiva ação dos Conselhos Municipais, visando ao controle social da ação pública pela população;
- XX. Implementação de projetos de infra-estrutura e incentivo aos serviços especializados, à indústria, ao turismo e à cultura, por meio de ações integradas junto aos órgãos nacionais e internacionais de fomento, e continuação da instalação de parque tecnológico;
- XXI. Otimização da gestão tributária mobiliária e imobiliária da Administração Pública Municipal.

CAPITULO III

Da Organização e da Estrutura da Lei Orçamentária Anual

Art. 4º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.935.388/0001-15

- I. Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II. Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III. Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- IV. Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
- V. Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

§ 1º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2022 e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 2º Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto e a operação especial, identificará a função e a sub-função às quais se vinculam.

§ 3º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 4º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 5º A sub-função, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação do Município.

Art. 5º - A Proposta Orçamentária para 2022 discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, e a fonte de recursos, de acordo com a Lei 4.320/64, e com as Portarias editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 1º É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 2º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita, fontes de recursos e parcelas vinculadas à seguridade social.

§ 3º Os créditos adicionais, ainda que abertos por decreto obedeçam ao disposto na Lei 4.320/64.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAGU
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.935.388/0001-15

Art. 6º - A proposta orçamentária, não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa face à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um processo de planejamento permanente, à participação comunitária e compreenderá:

- I. O orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal;
- II. O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades de saúde, previdência e assistência social, quando couber.

§ 1º. O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, sua proposta orçamentária até 31 de agosto de 2021.

Art. 7º - A Lei orçamentária dispensará, na estimativa da receita e na fixação da despesa, atenção aos princípios de:

- I. Prioridade de investimentos nas áreas sociais;
- II. Austeridade na gestão dos recursos públicos;
- III. Modernização na ação governamental.

Art. 8º - A Lei Orçamentária não consignará novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos aqueles em andamento.

Parágrafo único - Considera-se adequadamente atendido o projeto cuja realização física esteja conforme o cronograma físico-financeiro pactuado e em vigência.

Art. 9º - Caso o projeto de lei Orçamentária não seja sancionado até 31 de dezembro de 2021, a programação nele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

- I. Pessoal e encargos sociais;
- II. Serviço da dívida;
- III. Outras despesas correntes, à razão de 1/12 (um doze avos) ao mês.

Art. 10 - O Projeto de Lei do Orçamento Anual a ser encaminhado pelo Executivo à Câmara Municipal de Careagu, será constituído de:

- I. Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I da Lei 4.320/64 e adendo II da Portaria SOF nº 8/1985);
- II. Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (anexo 2 da Lei 4.320/64 e adendo III da portaria SOF nº 8/1985);
- III. Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (anexo 2 da Lei 4320/64 e adendo III da portaria SOF nº 8/1985);



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.935.388/0001-15

- IV. Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (anexo 3 da Lei 4320/64 e adendo III da Portaria SOF Nº 8/1985);
- V. Programa de Trabalho (adendo 5 da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/1985);
- VI. Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (anexo 6 da Lei 4.320/64 e adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº8/1985);
- VII. Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (anexo 7 da Lei 4.320/64 e adendo 6 da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);
- VIII. Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (anexo 8 da Lei 4.320/64 e adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/1985);
- IX. Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (anexo 9 da Lei 4.320/64 e adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/1985);
- X. Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominada QDD;
- XI. Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no art. 4º, § 2º inciso III da Lei Complementar 101/2000;
- XII. Demonstrativo das Renúncias de Receitas e Estimativa do seu Impacto Orçamentário-Financeiro, na forma estabelecida no art. 14 da LRF (art. 5º, II da LRF);
- XIII. Demonstrativo das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado que serão geradas em 2018 com indicação das medidas de compensação (art. 5º, II da LRF);
- XIV. Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica, conforme disposto no art. 22 da Lei 4.320/64;
- XV. Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais, Investimentos das empresas e da Seguridade Social (art. 165, § 5º da Constituição Federal);
- XVI. Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 5º, I da LRF);
- XVII. Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2018 (art. 5º, III);
- XVIII. Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público (art. 44 da LRF);
- XIX. Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previsto para o exercício de 2018 (art. 4º, § 1º e 9º da LRF).

Parágrafo Único - Os Orçamentos da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município evidenciará suas receitas e despesas, conforme disposto no caput deste artigo.

Art. 11 - A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária de 2022 conterá:

- I. Resumo da política econômica do Município, análise da conjuntura econômica e atualização das informações de que trata o § 4º do art.4º da Lei Complementar



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.935.388/0001-15

- nº.101, de 2000, com indicação do cenário macroeconômico para 2018, e suas implicações sobre a Proposta Orçamentária de 2020;
- II. Resumo das políticas a serem priorizadas;
 - III. Indicação do órgão que apurará os resultados primário e nominal, para fins de avaliação do cumprimento das metas;
 - IV. Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa;
 - V. Medidas adotadas pelo Poder Executivo, para redução e controle das despesas primárias correntes, obrigatórias e discricionárias, destacando-se, dentre essas, os gastos com diárias, passagens, locomoção e publicidade.

Art. 12 - A despesa com precatórios judiciais e cumprimento de sentenças judiciais, se houver, será programada, na lei orçamentária, em dotação específica da unidade orçamentária responsável pelo débito.

Parágrafo Único - Os recursos alocados para os fins previstos no "caput" deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

CAPITULO IV

Das Diretrizes para a Elaboração e para a Execução do Orçamento do Município e suas Alterações

Art. 13 - A Elaboração do Projeto de Lei do Orçamento para 2022, a aprovação da respectiva lei, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade, e a permitir o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma das etapas.

§ 1º A estimativa da Receita e a fixação da despesa constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2022 serão elaboradas a preços correntes, projetados ao exercício a que se referem.

§ 2º Aos limites estabelecidos de acordo com o caput deste artigo poderá ser aplicada a correção, desde que demonstrada a metodologia de cálculo, excluídas as despesas com os benefícios assistenciais decorrentes da criação e reestruturação de cargos e funções previstas em leis específicas; e a compensação de que trata o art. 17, § 2º, da Lei Complementar 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem de expansão prevista no art. 4º, § 2º, inciso V, da mesma Lei Complementar, desde que observados:

- a) O limite das respectivas dotações constantes da Lei Orçamentária de 2018 e seus créditos adicionais;
- b) Os limites estabelecidos nos artigos 20 e 22 parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAGU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Art. 14 - Fica proibida a fixação de despesa sem que esteja definida a fonte de recurso correspondente e legalmente instituída a unidade executora.

Art. 15 - O montante de recursos consignados na proposta orçamentária para custeio e para investimentos da Câmara Municipal de Careagu, obedecerá ao disposto na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000 e será proporcional à receita efetivamente realizada, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal de 1988.

Art. 16 - Além de observar as demais diretrizes nesta Lei, a alocação de recursos na Lei do Orçamento anual e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos de ações e a avaliação dos resultados de programas de governo.

Art. 17 - Além da observância das prioridades fixadas nos termos do Art. 2º e 6º desta Lei, a Lei do Orçamento anual somente incluirá novos projetos se:

- I. Estiverem sidos adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;
- II. Estiverem em consonância com o Plano Plurianual de Ações do Governo-PPA;
- III. Apresentarem viabilidade ética, técnica, econômica e financeira.

Art. 18 - A Lei do Orçamento Anual poderá conter dotação para Reserva de Contingência, até o valor de 5% da Receita Corrente Líquida fixada para o exercício de 2022, para atendimento ao disposto no inciso III do Art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 19 - A Lei do Orçamento Anual não destinará recursos para atender ações que não sejam de competências prioritárias do Município.

§ 1º A vedação disposta no caput deste artigo não se aplica às ações decorrentes de processos de municipalização dos encargos da prestação de saúde, de educação e de trânsito.

§ 2º. O Município poderá contribuir observado o Art. 62 da Lei Complementar 101/2000, para efetivação de ações de segurança pública local.

Seção I

Da Execução e das Alterações da Lei do Orçamento Anual

Art. 20 - O Executivo poderá, mediante instrumento jurídico específico fazer transferências, nos termos do art. 25 da Lei Complementar 101/2000, observado o interesse do Município.

Art. 21 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Parágrafo Único- Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesas sem que estejam acompanhados das medidas definidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 22- As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

- I. Para elevação das receitas:
 - a) Implementação das medidas previstas nesta Lei;
 - b) Atualização e informatização do cadastro imobiliário e mudanças na Legislação tributária;
 - c) Chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.
- II. Para redução das despesas:
 - a) Implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar cartel dos fornecedores;
 - b) Revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Art. 23 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

- I. Às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;
- II. Às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;
- III. Às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública.

Parágrafo Único- Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2021 por, no mínimo, uma autoridade competente, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 24 - A transferência de recursos a entidades públicas ou privadas, inclusive da Administração Indireta Municipal, a título de cooperação, subvenção, auxílio ou congêneres; dependerá de:

- I. Previsão de recursos orçamentários;
- II. Prestação de contas pela entidade beneficiada;
- III. Situação de regularidade fiscal da entidade beneficiada.

Art. 25 - É vedada a destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei complementar 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Parágrafo Único - As normas do caput deste artigo não se aplicam ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde ou pelo - SUS -Sistema Único de Assistência Social.

Art. 26 - A transferência de recursos financeiros da Prefeitura Municipal para a Câmara Municipal fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo Único- O aumento da transferência de recursos financeiros de um órgão para outro somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI da Constituição Federal.

Art. 27 Fica autorizado, durante a execução orçamentária de 2022, o remanejamento, a transposição e a transferência de recursos, por decreto, à luz do art. 167, inciso VI da Constituição da República, sem cômputo no percentual a que se refere o art. 7º, inciso I da Lei Federal 4.320/64.

Seção II

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenhos

Art. 28- Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2022, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º Excluem do caput deste artigo as despesas que constituem obrigação constitucional e legal e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º O Poder Executivo comunicara ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3º Os Poderes Executivo e Legislativo com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adaptar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.935.388/0001-15

Seção III

Da Autorização para o Município auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art. 29 - O Município poderá contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da federação desde que haja celebração do respectivo convênio, ajuste, acordo ou congênere e crédito orçamentário próprio e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Art. 30- As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos

Parágrafo Único- A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e de celebração de convenio.

Seção IV

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso

Art. 31- Para atender o disposto na Lei nº 101/2000, o Poder Executivo se incumbirá do seguinte:

- I. Estabelecer, 30 dias após a publicação dos orçamentos, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso;
- II. Publicar, até 30 dias após o encerramento do bimestre, o relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas e se não atingidas deverá realizar as limitações de empenho na forma do art. 32 desta Lei;
- III. Emitir, ao final de cada semestre, o Relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais;
- IV. Divulgação ampla, inclusive pela Internet, dos Planos, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária, prestação de contas e pareceres do Tribunal de Contas do Estado.

CAPITULO V

Das Disposições sobre a Dívida Pública Municipal

Art. 32 - Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários ao pagamento da dívida pública Municipal.

Parágrafo Único - O Município, através de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, inciso VI e IX da Constituição Federal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.935.388/0001-15

Art. 33 - A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 34- A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar 101/2000 e atendidas às exigências necessárias estabelecidas na resolução 43/2001 do Senado Federal.

Art. 35 - Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão do projeto de lei orçamentária anual.

CAPÍTULO VI

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Art. 36 - Fica autorizado, ao Município, para o exercício de 2022, a concessão de vantagem ou aumento da remuneração, o pagamento de horas extras, a criação de cargos, empregos ou funções, a alteração da estrutura das carreiras, a realização de concurso público bem como a admissão ou contratação de pessoal, desde que:

- I. Haja prévia dotação orçamentária para atender as projeções de despesa de pessoal e os acréscimos dela decorrentes;
- II. A despesa total com pessoal atenda ao disposto nos artigos 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, e 71 da Lei 101/2000, que dispõem sobre os limites e controle da despesa com pessoal.

Parágrafo Único- Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 37 - As despesas com pessoal e encargos sociais dos Poderes Legislativo e Executivo, terão como limite, na elaboração de suas propostas orçamentárias, a despesa com a folha de pagamento de 2020, projetada para todo o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive os decorrentes de implantação dos planos de carreira e de reestruturação orgânica, mediante autorização legislativa, quando for o caso.

§ 1º A política remuneratória dos servidores públicos, na forma da lei, dar-se-á com base em reajustes gerais e/ou em aprovação de tabelas salariais dos planos de carreiras específicos, obedecendo aos limites constitucionais.

§ 2º Serão considerados como contratos de terceirização de mão-de-obra, para efeito do disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAGU
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.935.388/0001-15

as despesas provenientes de contratação de pessoal para substituição a categorias funcionais abrangidas por planos de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, sendo tais despesas contabilizadas como "Outras Despesas de Pessoal".

Art. 38-As despesas com auxílio-doença, funeral, cestas básicas, medicamentos, kit de materiais de construção civil, projeto de renda e doações em geral serão concedidas mediante encaminhamento social.

Art. 39- Se durante o exercício de 2022 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101/2000, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo Único - A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Secretario de Administração ou do Prefeito Municipal, e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

CAPITULO VII

Das Disposições sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 40- A estimativa da receita que constará da lei orçamentária para o exercício de 2022, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

- I. Aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
- II. Aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização e modernização;
- III. Aperfeiçoamento dos processos por meio de revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;
- IV. A aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da pratica de infração da legislação tributária.

Art. 41- A estimativa da receita de que trata o artigo anterior, levará em consideração adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária observada a capacidade econômica do contribuinte, com destaque para:

- I. Atualização da planta genérica de Valores do Município;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAGU
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.935.388/0001-15

- II. Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre imposto Predial e territorial Urbano, suas alíquotas, forma de calculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III. Revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV. Revisão da legislação referente ao imposto sobre serviços de qualquer natureza;
- V. Revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre transmissão Inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis;
- VI. Instituição de taxas pela utilização efetiva de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
- VII. Revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de policia.
- VIII. Revisão das isenções de tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;
- IX. A instituição de novos tributos ou a modificação em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos;
- X. Revisão geral de toda a legislação tributária municipal.

CAPITULO VIII
Das Disposições Gerais

Art. 42- As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através de Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único- As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos adicionais autorizados na lei orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 43- A abertura de créditos suplementares e especiais dependera de previa autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4320/64.

§ 1º A Lei orçamentária conterà autorização e disporá o limite e condições gerais para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º- Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências das anulações de dotações propostas.

§3º- A realocação e a transposição das fontes de recursos consignados nas dotações orçamentárias serão realizadas por meio de decreto executivo até o limite percentual aprovado na lei orçamentária correspondentes aos créditos adicionais.

Art. 44 - Ao Projeto de Lei do Orçamento Anual não poderão ser apresentadas emenda que aumentem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.935.388/0001-15

- I. Recursos vinculados;
- II. Recursos próprios de entidades da Administração Indireta;
- III. Contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos transferidos ao Município;
- IV. Recursos destinados a pagamento de precatórios e de sentenças judiciais;
- V. Recursos destinados ao serviço da dívida, compreendendo amortização e encargos, aos desembolsos dos recursos relativos aos projetos executados mediante parcerias público-privadas, se for o caso, e às despesas com pessoal e com encargos sociais.

Art. 45 - Para os efeitos do § 3º do Art. 16 da Lei Complementar nº 101/00, considera-se despesa irrelevante aquela que não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos II do Art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Art.46 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único - A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária - financeiro, efetivamente ocorrido.

Art. 47 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do chefe do Poder Executivo, na conformidade do disposto no § 2º do art. 167 da CF/88.

Art. 48 - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no artigo anterior, se necessária, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº 4.320/64.

Art. 49 - O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 50 - O projeto de Lei Orçamentária do Município para o exercício financeiro de 2022 será encaminhado ao Poder Legislativo até 30 de setembro de 2021, nos termos da Lei Orgânica Municipal.

Art. 51 - Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os Anexos de A a I.

Art. 52 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Careacú, 28 de junho de 2021.


TOVAR DOS SANTOS BARROSO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAISMETAS ANUAIS
2022

* - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | EXERCÍCIO 2022 | | | | EXERCÍCIO 2023 | | | | EXERCÍCIO 2024 | | | |
|---|--------------------------|--------------------|----------------------------|----------------------------|--------------------------|--------------------|----------------------------|----------------------------|--------------------------|--------------------|----------------------------|----------------------------|
| | VALOR CORRENTE (a) | VALOR CONSTANTE | % PIB (a / PIB) x100 | % RCL (a / RCL) x100 | VALOR CORRENTE (b) | VALOR CONSTANTE | % PIB (b / PIB) x100 | % RCL (b / RCL) x100 | VALOR CORRENTE (c) | VALOR CONSTANTE | % PIB (c / PIB) x100 | % RCL (c / RCL) x100 |
| RECEITA TOTAL | 35.850.000,00 | 35.850.000,00 | 0,000 | 0,000 | 37.104.750,00 | 37.104.750,00 | 0,000 | 0,000 | 38.403.416,25 | 38.403.416,25 | 0,000 | 0,000 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS (I) | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 |
| CONTRIBUIÇÕES | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 |
| DEMAIS RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 |
| DESPESA TOTAL | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS (II) | 9.909.698,80 | 9.909.698,80 | 0,000 | 0,000 | 10.256.538,25 | 10.256.538,25 | 0,000 | 0,000 | 10.615.517,09 | 10.615.517,09 | 0,000 | 0,000 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES | 9.909.698,80 | 9.909.698,80 | 0,000 | 0,000 | 10.256.538,25 | 10.256.538,25 | 0,000 | 0,000 | 10.615.517,09 | 10.615.517,09 | 0,000 | 0,000 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 9.909.698,80 | 9.909.698,80 | 0,000 | 0,000 | 10.256.538,25 | 10.256.538,25 | 0,000 | 0,000 | 10.615.517,09 | 10.615.517,09 | 0,000 | 0,000 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 |
| PAGAMENTO RESTOS A PAGAR DESPESAS PRIMÁRIAS | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 |
| RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I-II) | -9.909.698,80 | -9.909.698,80 | 0,000 | 0,000 | -10.256.538,25 | -10.256.538,25 | 0,000 | 0,000 | -10.615.517,09 | -10.615.517,09 | 0,000 | 0,000 |
| JUROS, ENC. E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 |
| JUROS, ENC. E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (V) | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 |
| RESULTADO NOMINAL (VI) = (III + (IV - V)) | -9.909.698,80 | -9.909.698,80 | 0,000 | 0,000 | -10.256.538,25 | -10.256.538,25 | 0,000 | 0,000 | -10.615.517,09 | -10.615.517,09 | 0,000 | 0,000 |
| DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA | 563.040,00 | 563.040,00 | 0,000 | 0,000 | 582.746,40 | 582.746,40 | 0,000 | 0,000 | 603.142,52 | 603.142,52 | 0,000 | 0,000 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS ADVINDAS DE PPP (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS GERADAS POR PPP (VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 |
| IMPACTO DO SALDO DAS PPPs (IX) = (VII - VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 |

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

SANDRO BATISTA
FERNANDES:75832780663Assinado de forma digital por SANDRO
BATISTA FERNANDES:75832780663
Dados: 2021.04.15 09:53:20 -03'00'TOVAR DOS SANTOS BARROSO
CPF: 32696337691
PREFEITO MUNICIPALTovar dos Santos Barroso
Prefeito Municipal de
CareaçuSANDRO BATISTA FERNANDES
CPF: 75832780663
CONTADOR
CRC: 64944

CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2022

- Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | METAS PREVISTAS EM 2020 (a) | % PIB | % RCL | METAS REALIZADAS EM 2020 (b) | % PIB | % RCL | VALOR (c) = (b-a) | % (C/A) |
|----------------------------|--------------------------------|----------|----------|---------------------------------|----------|----------|----------------------|------------|
| RECEITA TOTAL | 22.100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 26.003.255,87 | 0,00 | 0,00 | 3.903.255,87 | 17,662 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS (I) | 22.096.123,38 | 0,00 | 0,00 | 25.988.505,79 | 0,00 | 0,00 | 3.892.382,41 | 17,616 |
| DESPESA TOTAL | 25.185.293,83 | 0,00 | 0,00 | 23.792.817,21 | 0,00 | 0,00 | -1.392.476,62 | -5,529 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS (II) | 8.953.000,00 | 0,00 | 0,00 | 8.609.635,69 | 0,00 | 0,00 | -343.364,31 | -3,835 |
| RESULTADO PRIMÁRIO I-II | 13.143.123,38 | 0,00 | 0,00 | 17.378.870,10 | 0,00 | 0,00 | 4.235.746,72 | 32,228 |
| RESULTADO NOMINAL | 13.147.000,00 | 0,00 | 0,00 | 17.393.620,18 | 0,00 | 0,00 | 4.246.620,18 | 32,301 |
| DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 387.946,45 | 0,00 | 0,00 | 387.946,45 | 0,000 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,000 |

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

SANDRO BATISTA
FERNANDES:75832780
663Assinado de forma digital por
SANDRO BATISTA
FERNANDES:75832780663
Dados: 2021.04.15 09:50:25 -03'00'TOVAR DOS SANTOS BARROSO
CPF: 32696337691
PREFEITO MUNICIPALTovar dos Santos Barros
Prefeito Municipal de
Careaçu - MGSANDRO BATISTA FERNANDES
CPF: 75832780663
CONTADOR
CRC: 64944

CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2022

* - Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | | | | | |
|-----------------------------------|-----------------------------|---------------|--------|---------------|--------|---------------|----------|----------------|-------|----------------|-------|
| | 2019 | 2020 | % | 2021 | % | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % |
| RECEITA TOTAL | 21.500.000,00 | 22.100.000,00 | 2,791 | 27.190.000,00 | 23,032 | 35.850.000,00 | 31,850 | 37.104.750,00 | 3,500 | 38.403.416,25 | 3,500 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS (I) | 21.496.272,50 | 22.096.123,38 | 2,790 | 27.186.123,38 | 23,036 | 0,00 | -100,000 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 |
| DESPESA TOTAL | 24.215.668,50 | 25.185.293,83 | 4,004 | 26.856.482,63 | 6,836 | 0,00 | -100,000 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS(II) | 9.374.000,00 | 8.953.000,00 | -4,491 | 9.574.588,21 | 6,943 | 9.909.698,80 | 3,500 | 10.256.538,25 | 3,500 | 10.615.517,09 | 3,500 |
| RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I-II) | 12.122.272,50 | 13.143.123,38 | 8,421 | 17.611.535,17 | 33,998 | -9.909.698,80 | -156,268 | -10.256.538,25 | 3,500 | -10.615.517,09 | 3,500 |
| RESULTADO NOMINAL | 12.126.000,00 | 13.147.000,00 | 8,420 | 17.615.411,79 | 33,988 | -9.909.698,80 | -156,256 | -10.256.538,25 | 3,500 | -10.615.517,09 | 3,500 |
| DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 544.000,00 | 0,000 | 563.040,00 | 3,500 | 582.746,40 | 3,500 | 603.142,52 | 3,500 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 |
| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | | | | | |
| | 2019 | 2020 | % | 2021 | % | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % |
| RECEITA TOTAL | 21.500.000,00 | 22.100.000,00 | 2,791 | 27.190.000,00 | 23,032 | 35.850.000,00 | 31,850 | 37.104.750,00 | 3,500 | 38.403.416,25 | 3,500 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS (I) | 21.496.272,50 | 22.096.123,38 | 2,790 | 27.186.123,38 | 23,036 | 0,00 | -100,000 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 |
| DESPESA TOTAL | 24.215.668,50 | 25.185.293,83 | 4,004 | 26.856.482,63 | 6,836 | 0,00 | -100,000 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS(II) | 9.374.000,00 | 8.953.000,00 | -4,491 | 9.574.588,21 | 6,943 | 9.909.698,80 | 3,500 | 10.256.538,25 | 3,500 | 10.615.517,09 | 3,500 |
| RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I-II) | 12.122.272,50 | 13.143.123,38 | 8,421 | 17.611.535,17 | 33,998 | -9.909.698,80 | -156,268 | -10.256.538,25 | 3,500 | -10.615.517,09 | 3,500 |
| RESULTADO NOMINAL | 12.126.000,00 | 13.147.000,00 | 8,420 | 17.615.411,79 | 33,988 | -9.909.698,80 | -156,256 | -10.256.538,25 | 3,500 | -10.615.517,09 | 3,500 |
| DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 544.000,00 | 0,000 | 563.040,00 | 3,500 | 582.746,40 | 3,500 | 603.142,52 | 3,500 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 |

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

SANDRO BATISTA

FERNANDES:75832780663

Assinado de forma digital por

SANDRO BATISTA

FERNANDES:75832780663

Dados: 2021.04.15 09:51:12 -03'00'

TOVAR DOS SANTOS BARROSO

CPF: 32696337691

PREFEITO MUNICIPAL

Tovar dos Santos Barroso
 Prefeito Municipal de
 Careaçú - MG

SANDRO BATISTA FERNANDES

CPF: 75832780663

CONTADOR

CRC: 64944

CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2022

* - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

| SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA | | | | COMPENSAÇÃO |
|---------------------------------|--------------------------------|----------------|----------------|----------------|-------------|
| | TRIBUTOS / CONTRIBUIÇÃO | EXERCÍCIO 2022 | EXERCÍCIO 2023 | EXERCÍCIO 2024 | |
| REFIS | JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA | 80.000,00 | 85.000,00 | 90.000,00 | |
| TOTAL | | 80.000,00 | 85.000,00 | 90.000,00 | |

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

TOVAR DOS SANTOS BARROSO

CPF: 32696337691

PREFEITO MUNICIPAL

Tovar dos Santos Barroso
Prefeito Municipal de
Careaçu - MG

SANDRO BATISTA

FERNANDES:75832780663

Assinado de forma digital por

SANDRO BATISTA

FERNANDES:75832780663

Dados: 2021.04.15 09:53:59 -03'00'

SANDRO BATISTA FERNANDES

CPF: 75832780663

CONTADOR

CRC: 64944

CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAISMARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2022

IF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

| EVENTO | VALOR PREVISTO 2022 |
|--|---------------------|
| AUMENTO PERMANENTE DA RECEITA | 27.190.000,00 |
| (-) TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS | 22.149.525,72 |
| (-) TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEF | 3.459.000,00 |
| SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA (I) | 1.581.474,28 |
| REDUÇÃO PERMANENTE DA DESPESA | 26.000.000,00 |
| MARGEM BRUTA (III) = (I+II) | 27.581.474,28 |
| SALDO UTILIZADO DA MARGEM BRUTA (IV) | |
| IMPACTO DE NOVAS DOCC | 0,00 |
| MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC (III-IV) | 27.581.474,28 |

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

SANDRO BATISTA
FERNANDES:7583278
0663Assinado de forma digital por
SANDRO BATISTA
FERNANDES:75832780663
Dados: 2021.04.15 09:52:05 -03'00'TOVAR DOS SANTOS BARROSO
CPF: 32696337691
PREFEITO MUNICIPALTovar dos Santos Barroso
Prefeito Municipal de
Careaçu - MGSANDRO BATISTA FERNANDES
CPF: 75832780663
CONTADOR
CRC: 64944

CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

LDO 2022
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2022

PROGRAMA : 0004 PROMOÇÃO DE GESTÃO EFICIENTE E EFICAZ

OBJETIVO : PROMOÇÃO DE GESTÃO EFICIENTE E EFICAZ

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | PRODUTO | UN.MEDIDA | META FÍSICA |
|------|--|--|------------|-------------|
| SMA | MOBILIÁRIO EQUIP. E VEÍCULO PARA O GABINETE DO EXECUTIVO | MOVEIS E EQUIPAMENTOS | UN | 0 |
| SMA | MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ADMINISTRAÇÃO | MOVEIS E EQUIPAMENTOS | % | 0 |
| SMA | DESAPROPRIAÇÃO DE IMOVEIS DE INTERESSE PÚBLICO | IMOVEIS | UN | 0 |
| SMA | AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA CONTRATADA RGPS | AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA CONTRATADA RGPS | % | 0 |
| SMU | CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO EM REPARTIÇÕES PÚBLICAS | CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO EM REPARTIÇÕES PÚBLICAS | % | 0 |
| SMF | AMORTIZAÇÃO DÍVIDA CONTRATADA | AMORTIZAÇÃO DÍVIDA CONTRATADA | % | 0 |
| SMF | AMORTIZAÇÃO DÍVIDA CONTRATADA | AMORTIZAÇÃO DÍVIDA CONTRATADA | % | 0 |
| SMA | MANUTENÇÃO GABINETE DO PREFEITO | ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO | % | 0 |
| SMA | APOIO AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS | ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS | % | 0 |
| SMA | PROMOÇÃO EVENTOS OFICIAIS ADMINISTRATIVOS | HOMENAGENS, RECEPÇÕES E FESTIVIDADES | % | 0 |
| SMA | PROMOÇÃO DA TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL PUBLICIDADE | DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE DE ATOS OFICIAIS | % | 0 |
| SMA | MANUT. ATIVIDADES CONTROLADORIA MUNICIPAL | ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO | PERCENTUAL | 0 |
| SMA | CONTRIBUIÇÃO PATRONAL RGPS | OBRIGAÇÕES PATRONAIS E PREVIDENCIÁRIAS | PERCENTUAL | 0 |
| SMA | MANUTENÇÃO DPTO CONTÁBIL ORÇAMENTÁRIO | ATIVIDADES DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE | % | 0 |
| SMA | PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES MICRORREGIONAIS | TRANSF. PARA ASSOCIAÇÃO MICRORREGIONAL - AMESP | % | 0 |
| SMF | MANUT ATIVIDADES DE FAZENDA E ARRECADACÃO | ATIVIDADES DEPARTAMENTO TESOUREARIA | PERCENTUAL | 0 |
| SMF | CUMPRIMENTO DE RECOLHIMENTO DE ENCARGOS PASEP | CONTRIBUIÇÕES PARA PASEP | PERCENTUAL | 0 |
| SMA | PROMOÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA - CONV POLÍCIA MILITAR | CONVENIO POLÍCIA MILITAR | % | 0 |
| SMA | PROMOÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA - CONV POLÍCIA CIVIL | CONVENIO POLÍCIA CIVIL | % | 0 |
| SMU | ATIVIDADES DE TELECOMUNICAÇÕES | ATIVIDADES DE TELECOMUNICAÇÕES | % | 0 |
| SMU | ATIVIDADES DE TORRE TELEVISÃO | ATIVIDADES DE TORRE TELEVISÃO | % | 0 |
| SMA | CONTRIBUIÇÕES PARA ASSOCIAÇÕES AMPARO AO MUNICÍPIO | CONTRIBUIÇÕES PARA ASSOCIAÇÕES AMPARO AO MUNICÍPIO | PERCENTUAL | 0 |

PROGRAMA : 0007 DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS ASSISTENCIAIS

OBJETIVO : DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS ASSISTENCIAIS

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | PRODUTO | UN.MEDIDA | META FÍSICA |
|------|---|--|------------|-------------|
| SMAS | MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ASSIST. SOCIAL | AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS | % | 0 |
| SMAS | APOIO NA CONSTRUÇÃO CASAS POPULARES | CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES | % | 0 |
| SMAS | DESAPROP. DE IMOVEIS DE INTERESSE PÚBLICO | AQUIS. TERRENO E IMÓVEL DE INTERESSE DA MUNICIPALIDADE | PERCENTUAL | 0 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

LDO 2022
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2022

| SMAS | CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CRAS | CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CRAS | % | 0 |
|--|---|--|------------|-------------|
| SMAS | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FUNDO MUNICIPAL ASSIST SOCIAL | ATIVIDADE DO FUNDO MUNICIPAL | PERCENTUAL | 0 |
| SMAS | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL | PERCENTUAL | 0 |
| SMAS | CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO RGPS | MANUTENÇÃO DA PREVIDENCIA SOCIAL | % | 0 |
| SMAS | APOIO A FAMILIAS CARENTES PROGRAMA ASSISTENCIAL | DOACAO DE MATERIAIS DE CONSTR. A FAMILIAS CARENTES | % | 0 |
| SMAS | CONCESSAO DE CESTAS BASICAS A FAMILIAS EM SITUACAO VULNERAVEL | CESTAS BASICAS A POPULACAO CARENTE | % | 0 |
| SMAS | APOIO ASSISTIDO A POPULACAO CARENTE DO MUNICIPIO | ATENDIMENTO A POPULACAO CARENTE | % | 0 |
| SMAS | MANUTENCAO DA CASA DA CRIANCA | MANUTENCAO DA CASA DA CRIANCA | PERCENTUAL | 0 |
| SMAS | ASSISTENCIA A CRIANCA E ADOLESCENTE | ASSISTENCIA A CRIANCA E ADOLESCENTE | % | 0 |
| SMAS | SUBVENCAO A APAE | SUBVENCAO A APAE | % | 0 |
| SMAS | CONCESSAO DE SUB. AO ASILO SAO VICENTE DE PAULO | CONCESSAO DE SUB. AO ASILO SAO VICENTE DE PAULO | % | 0 |
| SMAS | ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE AMPARO AO IDOSO | ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE AMPARO AO IDOSO | % | 0 |
| FMAS | MANUTENCAO E APOIO AO CRAS | MANUTENCAO E APOIO AO CRAS | % | 0 |
| PROGRAMA : 0009 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE JOVENS E ADULTOS | | | | |
| OBJETIVO : APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE JOVENS E ADULTOS | | | | |
| AÇÃO | DESCRIÇÃO | PRODUTO | UN.MEDIDA | META FÍSICA |
| SME | CONCESSAO APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES ENSINO MEDIO | APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES | % | 0 |
| SME | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA EDUCACAO BASICA EJA | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA EDUCACAO BASICA | % | 0 |
| PROGRAMA : 0010 APOIO AO ESTUDANTE ENSINO SUPERIOR/TECNICO | | | | |
| OBJETIVO : APOIO AO ESTUDANTE ENSINO SUPERIOR/TECNICO | | | | |
| AÇÃO | DESCRIÇÃO | PRODUTO | UN.MEDIDA | META FÍSICA |
| SME | APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO SUPERIOR | APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO SUPERIOR | % | 0 |
| PROGRAMA : 0011 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BASICO | | | | |
| OBJETIVO : APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BASICO | | | | |
| AÇÃO | DESCRIÇÃO | PRODUTO | UN.MEDIDA | META FÍSICA |
| SME | MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA EDUCACAO | MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA EDUCACAO | % | 0 |
| SME | VEICULO TRANSPORTE ESCOLAR | VEICULO TRANSPORTE ESCOLAR | UN | 0 |
| SME | CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES ESCOLARES | CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES ESCOLARES | % | 0 |
| SME | CONTRIBUICOES E ENCARGOS PATRONAIS DA EDUCACAO RGPS | OBRIGACOES SOCIAIS E PREVIDENCIA DA EDUCACAO | % | 0 |
| SME | MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL | MERENDA ESCOLAR | % | 0 |
| SME | DESENV E APOIO ENSINO FUNDAMENTAL-BASICO | ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL | PERCENTUAL | 0 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

LDO 2022
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2022

| | | | | |
|--|--|---|------------|-------------|
| SME | TRANSPORTE ESCOLAR MUNIC ENS FUNDAMENTAL | APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL | % | 0 |
| SME | MANUTENCAO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA EDUCACAO | MANUTENCAO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA EDUCACAO | PERCENTUAL | 0 |
| SME | MANUTENCAO DO PROGRAMA PNATE | MANUTENCAO DO PROGRAMA PNATE | PERCENTUAL | 0 |
| SME | MANUTENCAO DO PROGRAMA PDDE | MANUTENCAO DO PROGRAMA PDDE | PERCENTUAL | 0 |
| SME | MANUTENCAO DO PROGRAMA QESE | MANUTENCAO DO PROGRAMA QESE | PERCENTUAL | 0 |
| PROGRAMA : 0012 ENSINO INFANTIL PILAR EDUCACIONAL | | | | |
| OBJETIVO : ENSINO INFANTIL PILAR EDUCACIONAL | | | | |
| AÇÃO | DESCRIÇÃO | PRODUTO | UN.MEDIDA | META FÍSICA |
| SME | MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ENSINO INFANTIL | MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ENSINO INFANTIL | % | 0 |
| SME | CONSTRUCAO/AMPL DE ESCOLA INFANTIL | CONSTRUCAO DE ESCOLA INFANTIL | % | 0 |
| SME | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL | PERCENTUAL | 0 |
| SME | MANUTENCAO ENSINO PRE ESCOLAR | MANUTENCAO ENSINO PRE ESCOLAR | % | 0 |
| PROGRAMA : 0013 DESENVOLVIMENTO CULTURAL E HISTORICO | | | | |
| OBJETIVO : DESENVOLVIMENTO CULTURAL E HISTORICO | | | | |
| AÇÃO | DESCRIÇÃO | PRODUTO | UN.MEDIDA | META FÍSICA |
| SMC | CONTRIBUICAO PATRONAL PREV RGPS | PREVIDENCIA SOCIAL E PATRONAL DA CULTURA | PERCENTUAL | 0 |
| SMC | PROMOCAO E INCENTIVO DE FESTAS FOLCLORICAS E CULTURAIS | FESTAS TRADICIONAIS E FOLCLORICAS DO MUNICIPIO | % | 0 |
| SMC | APOIO AO DESPORTO AMADOR | APOIO AO DESPORTO AMADOR | % | 0 |
| PROGRAMA : 0014 MOBILIDADE URBANA TRANSPORTE EFICIENTE | | | | |
| OBJETIVO : MOBILIDADE URBANA TRANSPORTE EFICIENTE | | | | |
| AÇÃO | DESCRIÇÃO | PRODUTO | UN.MEDIDA | META FÍSICA |
| SMO | AMPLIACAO TERMINAR RODOVIARIO | IMPLANTACAO DO TERMINAL RODOVIARIO | % | 0 |
| SMU | CONSTRUCAO DE PONTES E VIAS DE ACESSO RODOVIARIO | CONSTRUCAO DE PONTES E MATA-BURROS | % | 0 |
| SMO | VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA DPTO OBRAS | AQUISICAO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS | % | 0 |
| SMO | AQUISICAO DE MAQUINA/VEIC PARA ATIVIDADES URBANAS | AQUISICAO DE MAQUINA E VEICULOS PARA ESTRADA | % | 0 |
| SMU | MANUTENCAO DAS ESTRADAS E RODAGENS | MANUTENCAO DAS ESTRADAS E RODAGENS | PERCENTUAL | 0 |
| PROGRAMA : 0015 VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA REGIONAL | | | | |
| OBJETIVO : VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA REGIONAL | | | | |
| AÇÃO | DESCRIÇÃO | PRODUTO | UN.MEDIDA | META FÍSICA |
| SMO | ATIVIDADES AGRICOLAS | DESENVOLVIMENTO AGRO-INDUSTRIAL | % | 0 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

LDO 2022
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2022

| | | | | |
|--|--|---|------------|-------------|
| PROJETO | APOIO A CULTIVO DE HORAS COMUNITARIAS | HORTAS COMUNITARIAS E VIVEIROS | % | 0 |
| PROJETO | CONVENIO EPAMIG | CONVENIO EPAMIG | PERCENTUAL | 0 |
| PROJETO | CONVENIO EMATER | CONVENIO EMATER | % | 0 |
| PROGRAMA : 0016 INVESTIMENTO INFRAEST. URBANA DE QUALIDADE | | | | |
| OBJETIVO : INVESTIMENTO INFRAEST. URBANA DE QUALIDADE | | | | |
| AÇÃO | DESCRIÇÃO | PRODUTO | UN.MEDIDA | META FÍSICA |
| SMU | CONSTRUÇÃO DE VIAS URBANAS | CONSTRUÇÃO DE CALÇADAO | % | 0 |
| SMO | OBRAS PARA IMPLANTACAO DE INDUSTRIAS NO MUNICIPIO | CONSTRUÇÃO DE GALPAO PARA INSTALACAO DE INDUSTRIA | % | 0 |
| SMO | CONSTRUÇÃO DE PARQUE E EXPOSICAO | CONSTRUÇÃO DE PARQUE E EXPOSICAO | % | 0 |
| PROGRAMA : 0017 DESPORTO E LAZER EM ATIVIDADE | | | | |
| OBJETIVO : DESPORTO E LAZER EM ATIVIDADE | | | | |
| AÇÃO | DESCRIÇÃO | PRODUTO | UN.MEDIDA | META FÍSICA |
| SMD | CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA | CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA | PERCENTUAL | 0 |
| SMC | MANUTENCAO DE ESPAÇOS DE LAZER E ESPORTE | CAMPO DE FUTEBOL E PRACA ESPORTIVA MUNICIPAL | PERCENTUAL | 0 |
| PROGRAMA : 0018 TURISMO SUSTENTAVEL E EM DESENVOLVIMENTO | | | | |
| OBJETIVO : TURISMO SUSTENTAVEL E EM DESENVOLVIMENTO | | | | |
| AÇÃO | DESCRIÇÃO | PRODUTO | UN.MEDIDA | META FÍSICA |
| SMT | MANUTENCAO ATIVIDADES DE TURISMO E EVENTOS | INCENTIVO AS ATIVIDADES DO TURISMO LOCAL | PERCENTUAL | 0 |
| PROGRAMA : 0019 SAUDE COMPARTILHADA E DE QUALIDADE | | | | |
| OBJETIVO : SAUDE COMPARTILHADA E DE QUALIDADE | | | | |
| AÇÃO | DESCRIÇÃO | PRODUTO | UN.MEDIDA | META FÍSICA |
| SMS | CONSTRUÇÃO/AMPLIACAO UNIDADES DE SAUDE | INFRAESTRUTURA DA SAUDE | % | 0 |
| SMS | EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA SAUDE | EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA SAUDE | % | 0 |
| SMS | AQUISICAO DE VEICULOS PARA EQUIPES DE SAUDE | VEICULOS EQUIPAMENTOS | UN | 0 |
| SMO | AMPLIACAO REDES DE ESGOTO | REDE PARA CANALIZACAO DE ESGOTO | % | 0 |
| PROJETO | OBRAS DE GALERIAS DE AGUAS PLUVIAIS | OBRAS DE GALERIAS DE AGUAS PLUVIAIS | % | 0 |
| PROJETO | AMPLIACAO DA FARMACIA DE MINAS | UNIDADES DE SAUDE | UN | 0 |
| SMS | CONTRIBUICAO PATRONAL AO RGPS - SAUDE | PREVIDENCIA PATRONAL E SOCIAL DA SAUDE | PERCENTUAL | 0 |
| SMS | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE SAUDE | APOIO AS ATIVIDADES DE SAUDE | PERCENTUAL | 0 |
| SMS | MANUTENCAO ATIVIDADES DA UNIDADES BASICAS DE SAUDE | MANUTENCAO ADMINISTRATIVA POSTO DE SAUDE - UBS | PERCENTUAL | 0 |
| SMS | MANUTENCAO ATIVIDADES ODONTOLOGICAS | PROGRAMA SAUDE BUCAL | PERCENTUAL | 0 |
| SMS | MANUTENCAO ATIVIDADES EM POSTOS DE SAUDE | ATIVIDADES DO POSTO DE SAUDE | PERCENTUAL | 0 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

LDO 2022
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2022

| | | | | |
|--|--|--|------------|-------------|
| SMS | APOIO AO HOSPITAL MAT. DE CAREACU | APOIO AO HOSPITAL MAT. DE CAREACU | % | 0 |
| S | MANUTENCAO ATIVIDADE JUNTO AO SIGAF | MEDICAMENTOS | % | 0 |
| SMS | PROMOCAO ATIVIDADES ESF | PROGRAMA ESF | % | 0 |
| SMS | APOIO E MANUT VIGILANCIA SANITARIA MUNICIPAL | VIGILANCIA SANITARIA MUNICIPAL | % | 0 |
| SMU | MANUTENCAO DO SISTEMA CAPTACAO ESGOTO SANITARIO | MANUTENCAO DO SISTEMA CAPTACAO ESGOTO SANITARIO | PERCENTUAL | 0 |
| SMS | MANUTENCAO DA FARMACIA BASICA | MANUTENCAO DA FARMACIA BASICA | % | 0 |
| SMS | MANUTENCAO ATIVIDADES DO PACS | PROGRAMA PACS | PERCENTUAL | 0 |
| SMS | MANUTENCAO PARCERIA CONSORCIOS DE SAUDE | TRATAMENTO DE PACIENTES | % | 0 |
| PROGRAMA : 0020 CONTROLE DE ENDEMIAS E DE VIGILANCIA ATIVA | | | | |
| OBJETIVO : CONTROLE DE ENDEMIAS E DE VIGILANCIA ATIVA | | | | |
| AÇÃO | DESCRIÇÃO | PRODUTO | UN.MEDIDA | META FÍSICA |
| SMVE | CONTROLE DE DOENÇAS EPIDEMIOLOGIA | CONTROLE DE DOENÇAS EPIDEMIOLOGIA | PERCENTUAL | 0 |
| PROGRAMA : 0021 DESENVOLVIMENTO URBANO EFICAZ | | | | |
| OBJETIVO : DESENVOLVIMENTO URBANO EFICAZ | | | | |
| AÇÃO | DESCRIÇÃO | PRODUTO | UN.MEDIDA | META FÍSICA |
| SMU | CONSTRUCAO AMPLIACAO DE VIAS PUBLICAS | CALCAMENTO E PAVIMENTACOES | % | 0 |
| SMU | AQUISICAO DE VEICULOS PARA ATIVIDADES DE URBANISMO | AQUISICAO DE VEICULOS PARA MUNICIPALIDADE | UN | 0 |
| SMO | CONSTRUCAO DE UM VELORIO | CONSTRUCAO DE UM VELORIO | % | 0 |
| SMO | EXTENSAO DE REDE ILUMINACAO PUBLICA | EXTENSAO DE REDE ILUMINACAO PUBLICA | PERCENTUAL | 0 |
| SMO | AQUIS.DE IMOVEL PARA INSTALACAO DO CEMITERIO MUNIC | AQUIS.DE IMOVEL PARA INSTALACAO DO CEMITERIO MUNIC | % | 0 |
| SMO | CONSTRUCAO E AMPLIACAO DO CEMITERIO | CONSTRUCAO E AMPLIACAO DO CEMITERIO | % | 0 |
| SMU | CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE VIAS PUBLICAS | CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE VIAS PUBLICAS | % | 0 |
| SMO | IMPLANTACAO DE POÇO ARTESIANO | IMPLANTACAO DE POÇO ARTESIANO | PERCENTUAL | 0 |
| SMO | OBRAS PARA SISTEMA DE ABAST DE AGUA NA ZONA RURAL | APOIO AO ABASTECIMENTO DE AGUA NA ZONA RURAL | % | 0 |
| SMU | CONTRIBUICAO PATRONAL AO RGPS | MANUTENCAO PREVIDENCIARIA E SOCIAL | PERCENTUAL | 0 |
| SMU | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE URBANISMO | ATIVIDADES DE SERVICOS URBANOS | PERCENTUAL | 0 |
| IU | ATIVIDADES DE LIMPEZA PUBLICA | ATIVIDADES DE LIMPEZA PUBLICA | % | 0 |
| SMO | MANUTENCAO DO CEMITERIO | MANUTENCAO DO CEMITERIO | PERCENTUAL | 0 |
| SMU | MANUTENCAO DAS PRACAS PARQUES E JARDINS | MANUTENCAO DAS PRACAS PARQUES E JARDINS | PERCENTUAL | 0 |
| SMO | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ILUMINACAO PUBLICA | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ILUMINACAO PUBLICA | PERCENTUAL | 0 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

LDO 2022
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2022

PROGRAMA : 0022 EDUCACAO COMPENSATORIA - ENSINO ESPECIAL

OBJETIVO : EDUCACAO COMPENSATORIA - ENSINO ESPECIAL

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | PRODUTO | UN.MEDIDA | META FÍSICA |
|------|--|--------------------------------|-----------|-------------|
| SME | APOIO A EDUCACAO ESPECIALIZADA - ENSINO ESPECIAL | APOIO A EDUCACAO ESPECIALIZADA | % | 0 |

PROGRAMA : 9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

OBJETIVO : RESERVA DE CONTINGÊNCIA

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | PRODUTO | UN.MEDIDA | META FÍSICA |
|-------|-------------------------|-------------------------|-----------|-------------|
| 9.999 | RESERVA DE CONTINGENCIA | RESERVA DE CONTINGENCIA | % | 0 |

SANDRO
BATISTA
FERNANDES:75
832780663Assinado de forma digital
por SANDRO BATISTA
FERNANDES:75832780663
Data: 2021.04.15
09:52:41 -03'00'